

Prefeitura de SP falha em seu dever e culpa empresa por contágio

Jarun Ontakrai



Jarun Ontakrai

Este texto propõe o exame de uma perversidade. Tão antiga e rotineira que passou a ser vista com naturalidade, embora absurda: trata-se da relação do poder público com a população. Uma relação assimétrica. O poderoso Estado só tem direitos. Nenhuma obrigação — incumbência que cabe apenas ao cidadão.

Não há novidade nesse abuso. O que é novo são os aplausos de larga parcela da população aos gaiatos que descobriram esse golpe de marketing: fazer parecer com que os interesses deles, agentes públicos, equivalem aos interesses das pessoas da sociedade. Essas pessoas que sustentam uma estrutura bilionária, mas que não recebem de volta a Saúde, o Ensino e a Segurança, prometidas pela Constituição.

Na hora da epidemia, a situação se agrava. A sua parte o administrador público não faz, mas faz sucesso na mídia quando sai atirando em empresas e empresários. Foi o que fez o secretário de Saúde da capital paulista, o matreiro Edson Aparecido.

Com o caso de uma médica que já chegou infectada pela Covid-19 a um pronto socorro — onde fez teste que resultou positivo — o secretário responsabilizou o hospital privado que a acolheu pela influenza e coronavírus que a contagiou — por não notificar o município. A ironia é que, sendo médica da prefeitura, não é difícil imaginar que ela foi infectada no local de trabalho. Ou seja: na prefeitura mesmo.

Ato contínuo, o matreiro Aparecido determinou uma fiscalização no hospital Sancta Maggiore, da Prevent Senior. Mandou lá os fiscais da vigilância sanitária que visitaram o local por pouco mais de 1 hora. Elogiaram os trabalhos e se foram sem inspecionar, sem auto de infração, sem fazer qualquer relatório. Algo diferente divulgou o secretário: ele constatou superlotação de pacientes (no hospital, 90 leitos dos seus 107 estavam ocupados), falta de funcionários (havia 70 médicos, 71 enfermeiros, 104 auxiliares e 40 técnicos de enfermagem).

No dia 21, sábado passado, a médica morreu. Segundo o secretário, por contágio dentro do hospital privado. Em resumo, a prefeitura — provável responsável, objetivamente, pelo contágio da médica —



atribuiu a origem da doença ao hospital. Depois, acusou a empresa (Prevent) de não ter notificado a prefeitura, o que foi feito. Por fim, acusou a empresa pela morte da médica. Ou seja: o secretário mentiu.

Em vez de retribuir a quem paga seu salário, o agente público usa o cargo para se promover e atrapalhar quem trabalha.

Date Created

30/03/2020